



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA  
PERMANÊNCIA: O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB NO CONTEXTO  
PANDÊMICO**

*LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y LOS DESAFÍOS DE LA  
PERMANENCIA: EL CURSO DE TRABAJO SOCIAL DE LA UFRB EN EL CONTEXTO DE LA  
PANDEMIA*

Albany Mendonça Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Brasil  
albany\_mendonca@ufrb.edu.br

Andréa Alice Rodrigues Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Brasil  
andreaalice@ufrb.edu.br

Lúcia Maria Aquino de Queiroz  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Brasil  
luciamaqueiroz@ufrb.edu.br

**RESUMO**

O artigo se propõe a refletir acerca do debate da permanência estudantil no contexto da universidade, destacando a experiência do curso de Serviço Social da UFRB. Tal estudo se baseia numa pesquisa qualitativa realizada com discentes ativos na direção de identificar os desafios e os impactos da permanência em anos pandêmicos. Para tanto, adensa-se as reflexões acerca dos dilemas postos na efetivação do processo de democratização e o acesso das classes populares a partir das políticas de permanência universitária. Dentre os resultados, registram-se que a UFRB e o curso de Serviço Social é majoritariamente constituído discentes que se autodeclaram negras e pertencentes as camadas populares, os quais apresentam dificuldades no

173

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação,  
Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



processo de continuidades dos estudos e conseqüentemente, problemas na permanência das discentes, portanto, não se pode pensar em ampliação do acesso sem considerar ampliação do processo de filiação e permanência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior; Pandemia; Permanência; Serviço Social.

## RESUMEN

El artículo propone reflexionar sobre el debate sobre la permanencia de los estudiantes en el contexto de la universidad, destacando la experiencia de la carrera de Servicio Social de la UFRB. Este estudio se basa en una investigación cualitativa realizada con estudiantes en activo con el fin de identificar los desafíos e impactos de la permanencia en años de pandemia. Para ello, se profundizan reflexiones sobre los dilemas que se plantean en la implementación del proceso de democratización y el acceso de las clases populares a partir de políticas de permanencia universitaria. Entre los resultados, se registra que la UFRB y la carrera de Trabajo Social están compuestas mayoritariamente por estudiantes que se declaran negros y pertenecientes a las clases populares, que tienen dificultades en el proceso de continuación de sus estudios y, consecuentemente, problemas en la permanencia de los estudiantes, por lo tanto, no se puede pensar en ampliar el acceso sin considerar ampliar el proceso de filiación y permanencia.

**PLABRAS CLAVE:** Educación Superior; Pandemia; Permanencia; Servicio social.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de democratização do ensino tem proporcionado transformações significativas no campo educacional, possibilitando desconstruir um modelo respaldado na meritocracia e assegurando ampliação do acesso da classe popular. Com isso, a universidade passa a ser constituída por novas representatividades e marcadores sociais.

Entretanto, apesar dos avanços no campo educacional, registra-se ainda o crescimento das dificuldades relacionadas à evasão e permanência estudantil, especialmente, nos marcos de um contexto de acirramento e precarização das condições de vida, resultante dos cortes no financiamento educacional e a aprovação da Emenda Constitucional nº95<sup>1</sup> que legitima a desregulamentação da intervenção estatal na promoção de políticas públicas.

---

1 A Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como a antiga “PEC da Morte”, estabeleceu uma legislação que modifica o regime fiscal e tem como objetivo principal o congelamento por 20 anos na área da educação e saúde. Essa medida impõe limites, independente do aumento do Produto Interno Bruto (PIB).



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.  
ISSN: 2675-5718**

É nesse bojo que se coloca em questão a discussão sobre a permanência estudantil na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e que surge a proposta do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social (GT ForPSS). Este surge no ano de 2019, com a preocupação de fomentar discussões sobre Serviço Social e Formação Profissional. E analisar dados específicos sobre a permanência e evasão na UFRB e a realidade do curso de Serviço Social.

Para esta análise foi realizada pelo GT ForPSS uma pesquisa com as discentes ativas no curso, com propósito de analisar os impactos da pandemia causada pela Covid-19 na vida destas, e, conseqüentemente, na sua permanência na graduação. De posse das informações obtidas em campo, busca-se, elucidar os dilemas e os desafios identificados na relação entre formação profissional e permanência.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar o debate da permanência estudantil no contexto desafiador do Ensino Superior Brasileiro a partir da experiência do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O primeiro tópico aborda uma contextualização histórica sobre o ensino superior e os rumos de sua expansão e democratização. No segundo tópico, explana-se sobre os desafios impostos a permanência estudantil nos anos pandêmicos e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pela UFRB. E, por fim, analisa-se a experiência do curso de Serviço Social da UFRB frente a este contexto.

175

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação, Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



## **2. UNIVERSIDADE E OS RUMOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO: contextualização histórica e desafios impostos**

A educação se constitui em uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento dos povos, sendo capaz de atenuar desigualdades socioeconômicas, possibilitar a mobilidade social, transformar vidas, comunidades, nações, regiões.

Na América Latina, entretanto, em face às experiências neoliberais, que se iniciam no Chile, ainda na década de 1970 e se expandem pelo continente, a educação superior distancia-se da sua função questionadora e articula-se, cada vez mais, à lógica do capital, com impactos expressivos na permanência universitária e, portanto, com implicações e retrocessos, tanto no que se refere aos contextos social e econômico, quanto no tocante aos âmbitos acadêmico e profissional.

No Brasil, a partir dos anos 1990 são construídas estratégias para reafirmar o processo de democratização do ensino, o qual permite a inclusão socioeconômica, isto é, possibilita a que as diversas classes tenham acesso ao ensino superior, desconstruindo padrões que legitimavam a cultura da elitização do ensino. Busca-se, com isso, ampliar os horizontes dos alunos e criar novas oportunidades de construção do conhecimento.

Aliado a esse processo, destaca-se a estruturação de estratégias políticas que assegurem a permanência estudantil, a exemplo das políticas de assistência estudantil. Cabe salientar que as primeiras iniciativas de política estudantil são datadas na primeira metade dos anos 1930, como parte do projeto político educacional do governo Getúlio Vargas, que previu, na Constituição de 1934, a doação de fundos a estudantes necessitados, por meio do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, médica e odontológica,

Entretanto, a consolidação dessa política dá-se nos marcos dos anos 2009, com a criação de normativas oficiais<sup>2</sup> para a ampliação do acesso e da

---

<sup>2</sup> Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). E Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.  
ISSN: 2675-5718**

permanência estudantil no ensino superior, sendo um fenômeno relativamente recente, que se inicia, de forma mais intensa, neste novo século.

A esse respeito, destacam-se as reflexões de Alves e Brito (2021), ao frisarem que estas normativas, inseridas no contexto do capitalismo neoliberal, tendem a orientar-se, sobretudo, para o fortalecimento da mercantilização do ensino superior nacional, via financiamento de ingressos no setor privado, direcionando medidas paliativas ao seguimento público, com ações de inclusão e permanência insuficientes, sobretudo no que se refere aos grupos sociais tradicionalmente excluídos desse nível de ensino no país, como os indígenas, remanescentes quilombolas e outros.

Importante salientar a luta histórica para reafirmação das políticas de assistência estudantil, que possibilita o atendimento das necessidades básicas apresentadas pelos discentes para a permanência.

A questão da permanência engloba uma ampla rede de causalidades, que vão além das normativas, diretrizes e políticas governamentais, embora essas sejam imprescindíveis à compreensão dos processos de expansão e retrocessos vivenciados pela educação superior no Brasil, que traz por marca a manutenção de uma estrutura social desigual e excludente.

Até meados dos anos 1970, período posterior à reforma universitária de 1969, o sistema universitário brasileiro era composto, na sua quase integralidade, por jovens pertencentes à elite do país. A partir dos anos 1990, com a industrialização, a ampliação de demandas no mundo do trabalho e sob a influência do Banco Mundial, o Brasil efetua reformas no Ensino Superior,

177

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação,  
Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



sendo incentivada a privatização desta modalidade de ensino, fenômeno que já ocorria em demais países da América Latina.

Nesse bojo, a partir dos anos 1990, há uma expansão significativa no número de estudantes do Ensino Superior no país, sobretudo nas instituições privadas que passam a contar com o incentivo de diretrizes federais, como a instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) estas ações promoveram o custeio do curso de graduação para estudantes de camadas populares, mediante o financiamento estatal das mensalidades dos universitários contemplados, realizado nas modalidades parcial ou total (PEREIRA, 2019).

Em 2007, há expansão no ensino superior nas instituições públicas, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tendo como objetivos centrais a ampliação do ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação nas universidades públicas e o estabelecimento de uma política nacional de expansão e interiorização da educação superior pública brasileira (BRASIL, 2007), estes instrumentos, ao tempo em que viabilizaram a expansão de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), instituem as políticas de ações afirmativas e viabilizam a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Ademais, destaca-se que o processo de democratização do ensino foi estruturado levando em consideração tanto a ampliação da oferta de vagas como a possibilidade de permanência dos estudantes oriundos das camadas populares por meio de políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas. Tais políticas são fundamentais para assegurar mecanismos capazes de minimizar as desigualdades de acesso e as condições de permanência.

Considerando as desigualdades sociais e os contingenciamentos orçamentários, registra-se que estas políticas têm atendido um número reduzido de estudantes, dificultando assim a permanência de muitos. Adicionalmente, têm contribuído para acirrar, cada vez mais, os critérios de seleção dos estudantes, os quais levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, dentre outros aspectos estabelecidos de acordo com a realidade de



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.  
ISSN: 2675-5718**

cada instituição (BRASIL, MEC, 2023). Em um país de intensa desigualdade social como o Brasil há, muitas vezes, uma confluência entre os beneficiários dessas duas políticas. Haja vista que majoritariamente os contemplados por cada uma delas são majoritariamente negros e com poder aquisitivo baixo.

Distintamente da assistência estudantil, o debate sobre as ações afirmativas e a preocupação com a reparação racial é recente no Brasil, uma das nações com o maior contingente de população negra do Ocidente, onde o regime escravocrata perdurou por quase trezentos anos, e que durante muitas décadas propagou o “mito da democracia racial” (FERNANES, 2008a e 2008b).

Portanto, não se pode apreender a problemática da permanência sem considerar esses atravessamentos de raça. Isto é, torna-se importante considerar o debate étnico-racial assegurado nas políticas afirmativas, respaldadas no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288) em 2010. Daí a importância de ampliar esse debate e compreender as resistências expressivas às políticas afirmativas, as quais têm viabilizado o acesso das denominadas “minorias” ao ensino superior, como a população negra, quilombolas, indígenas e outros. Já a política nacional de assistência estudantil tem atravessado, ao longo do tempo, avanços e retrocessos e apesar de ser um mecanismo de concretização do acesso à educação, direito assegurado na Constituição Federal de 1988, dado que garante a permanência nos estudos daqueles que de outro modo estariam impossibilitados, defronta-se com muitas dificuldades para assegurar a manutenção do estudante socioeconomicamente desfavorecido na universidade pública. E é nesse bojo em que se coloca a

179

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação,  
Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



análise da permanência estudantil na UFRB e a realidade do curso de Serviço Social.

### **3. A UFRB E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM ANOS PANDÊMICOS**

Para situar o debate da permanência estudantil na UFRB, torna-se importante compreender que esta universidade criada, no bojo do Reuni, contempla as marcas do processo de desconcentração e interiorização do ensino superior, sendo situada no recôncavo baiano, sendo idealizada a partir de um amplo comprometimento com a região que a abrigou, o um território economicamente estagnado, fruto da decadência de uma antiga zona produtora de açúcar e fumo, excluída, desde meados do século XIX, das propostas de expansão da economia baiana, porém, dotada de vasta riqueza cultural, podendo ser considerada um amplo repositório da cultura de matriz africana no Brasil (PEDRÃO, 1997).

Assim, pode inferir que esta região é dominada pela população afrodescendente e com uma riqueza cultura, as quais impactam diretamente na configuração da universidade, a qual é constituída por um número significativos de negros, denominada como a universidade mais negra da Bahia.

Com isso, destaca-se o desafio desta universidade em compromete-se com atuação na qualificação de uma parcela da população brasileira que esteve por muito tempo praticamente à margem do acesso à educação superior: a população negra, majoritária no Recôncavo e na Bahia<sup>3</sup>. E despontando-se na primazia das ações afirmativas na implementação das políticas de assistência estudantil.

Desde a sua criação, a UFRB foi orientada pelos princípios das ações afirmativas e da assistência estudantil, e, em 2005, quando da sua implantação, já havia incorporado a proposta de reserva de vagas, tendo a instituído no ano de 2006, fato anterior, portanto, à promulgação da Lei 12.711,

---

<sup>3</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2012), 79,5% da população do estado é composta por negros (pretos e pardos). SEI, 2020.



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

popularmente conhecida como a Lei das Cotas<sup>4</sup>. Assimilando a convergência entre as políticas de inclusão, reparação racial e assistência estudantil, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia institui, desde os seus primórdios, uma Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis tendo as relações raciais como eixo estruturante (COLEN, 2019).

Sua concepção e implantação ocorrem em um período marcado por expressivos investimentos públicos na área da Educação; por ações direcionadas à redução das desigualdades sociais no país, sobretudo no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior; e pelo protagonismo do Movimento Negro no processo de construção e implementação das políticas de promoção da igualdade racial, e na luta por uma universidade inclusiva e multi-racial (BRASIL, 2007 e COLEN, 2019).

Apesar dos avanços significativos da universidade com a expansão da oferta de cursos nos sete centros<sup>5</sup> de ensino os quais são situados em seis cidades do Recôncavo, registra-se que a universidade conta com mais de

---

4 Sancionada pela presidenta do Brasil Dilma Rousseff, em 2012, a Lei 12.711, popularmente conhecida como Lei das Cotas garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (GOVERNO FEDERAL, MEC, 2023).

5 A UFRB oferece atualmente 64 cursos de graduação, 60 cursos de pós-graduação, sendo 24 destes na categoria *Stricto Sensu* e 36 *Lato Sensu*, distribuídos nos seguintes Centros de Ensino: Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL); Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) e Centro de Formação de Professores (CFP).



10.590 alunos de graduação e 877 alunos de pós-graduação. Além disso, mais de 2.194 bolsas de mestrado e doutorado foram contempladas e mais de 2.215 profissionais titulados nesses 15 anos. (UFRB, 2022)

Porém, considerando que a UFRB é majoritariamente constituída pelo segmento estudante autodeclarados negros e provenientes de famílias com renda familiar de até um salário e meio. Pode-se afirmar que a permanência tem sido um dos grandes desafios nos últimos tempos na UFRB, haja vista o aumento do percentual de alunos que evadiram dos cursos em decorrência das condições de perdas econômicas e afetivas das famílias. E, aliado a essa problemática também se observa a questão da retenção nos cursos.

Cabe salientar que o aumento exponencial das situações de desigualdades e as dificuldades de assegurar a concessão de bolsas para estes discentes têm impactado consideravelmente nos processos de continuidade dos estudos e conseqüentemente, no seu rendimento acadêmico.

Segundo dados levantados pelo grupo de pesquisa GT ForPSS, registra-se que a problemática da evasão e retenção se agrava, destacando-se a tendência de crescimento do prolongamento dos discentes nos cursos, e a redução significativa do número de matrículas. Ademais, cabe observar que o desligamento dos cursos tem sido motivado por diversos fatores, dentre quais, abandono motivado pela não realização de matrícula no semestre, desistência oficial e transferência por mudança de curso e ou exclusão institucional respaldado no regulamento de graduação.

Segundo informações do Portfólio Institucional da UFRB 2022 (BRASIL, UFRB, 2022), é possível observar que majoritariamente os discentes são negros (81,8%), sexo feminino (57,6%) e oriundos de camadas populares, com renda per capita de até meio salário-mínimo (86,5%) e proveniente de escola pública (73,2%) e do território baiano (93%). Essa realidade também se reflete no CAHL.

Tais dados impactam diretamente nos processos de seleção de bolsas e benefícios da política de assistência estudantil, haja vista que a demanda tem sido maior que oferta de benefícios. E, conseqüentemente, nos processos de permanência.



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

Diante da complexidade da problemática da evasão e da permanência na UFRB, registram-se as ações promovidas pelas Pró-reitorias de Políticas Afirmativas<sup>6</sup> e Assuntos Estudantis, o Programa de Permanência Qualificada<sup>7</sup> e os projetos de Combate ao Enfrentamento da Evasão. Estes significam um avanço, mas ainda se demonstram insuficientes para atender as demandas e as exigências postas.

Considerando a tendência de aumento dos números de evadidos, desde a pandemia, aliado aos cortes orçamentários que impactam na redução da oferta e na manutenção das bolsas no programa, registra-se a preocupação com o enfrentamento da evasão. Destacam-se algumas iniciativas de enfrentamento que podem contribuir para o enfrentamento dessa questão.

A primeira é o Comitê Permanente de enfrentamento da evasão e retenção dos discentes, criado em 10 de setembro de 2021. Este comitê, posteriormente se expandiu para todos os centros da UFRB, na busca por realizar um trabalho em conjunto de enfrentamento à evasão. Após a

---

6 Convém frisar o papel do Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas que passa a operacionalizar o processo de acesso à Reserva de Cotas (COPARC) na direção de salvaguardar os programas e medidas especiais adotadas pela UFRB para corrigir desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades.

7 Programa de Permanência Qualificada, contempla 2.276 estudantes, sendo 858 beneficiários de auxílio alimentação; 292 de auxílio transporte; 403 de apoio pedagógico para atividades acadêmicas remotas; 36 de auxílio creche e 438 de auxílio moradia. Entre 2020 e 2022, em função da pandemia da Covid-19, foram concedidos 1.257 auxílios emergenciais de inclusão digital e 215 de conectividade.



pandemia, este comitê se desfez, mas o CAHL continuou com sua comissão de enfrentamento e evasão.

Em 2021, esta comissão iniciou o trabalho de construção da Política de Enfrentamento à Evasão no CAHL. E, em 2022, esta foi implementada no Centro. Este documento contém cinco princípios: Organização, Participação, Integração, Qualidade, Acolhimento e Respeito à diversidade.

Ainda em 2022, a universidade criou o edital interno PROGRAD Nº 050/2022 de 27 de outubro de 2022 para selecionar projetos para o enfrentamento à evasão e reprovação nos cursos de graduação da UFRB. Este edital selecionou 17 projetos que estão em vigência na UFRB. Estes são:

#### Quadro 1 - Projetos de Enfrentamento à Evasão e Reprovação na UFRB

CENTROS	PROJETOS
CAHL	<ul style="list-style-type: none"><li>- Rumo à Formatura: Enfrentamento à Evasão de Concluintes no CAHL – UFRB</li><li>- JUVENTUDES SECUNDARISTAS E A UNIVERSIDADE: acessar para permanecer e formar</li><li>- PROJETO DE ENFRETEAMENTO À EVASÃO: um estudo sobre a situação da evasão e das dificuldades em cada curso de graduação do CAHL</li></ul>
CCAB	<ul style="list-style-type: none"><li>- VIVÊNCIAS INTEGRATIVAS EM GRUPO DISCENTE ASSISTIDO COM CAVALOS</li><li>- SUPORTE PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS: UMA ESTRATÉGIA NO ENFRETEAMENTO DA EVASÃO E RETENÇÃO</li><li>- Banco de Talentos</li></ul>
CSS	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tecnologias em Saúde: Plataforma Educativa Interativa</li></ul>
CECULT	<ul style="list-style-type: none"><li>- SUPERANDO A EVASÃO: MAPEAMENTO E INTERVENÇÃO</li><li>- CICLO SANKOFA DE CAPOEIRA ANGOLA – integrando corpo e saberes para acolhimento e permanência</li><li>- DIÁLOGOS SOBRE GESTÃO CULTURAL: ensino, pesquisa e extensão</li></ul>
CETEC	<ul style="list-style-type: none"><li>- De Volta Aos Fundamentos da Matemática</li><li>- Curso em Vídeo de Nivelamento dos Conhecimentos de Matemática Básica para os estudantes da UFRB.</li><li>- Code Up incentivando a permanência estudantil</li><li>- Acolhimento, Integração e Êxito Acadêmico</li></ul>
CETENS	<ul style="list-style-type: none"><li>- GRAFISMO: UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM</li><li>- IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE DADOS DE EVASÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE (BES) E DOS CURSOS DE ENGENHARIAS DO CETENS</li><li>- RE(EXISTÊNCIAS): CRIANDO MODOS DE ESTAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE</li><li>- A intervenção para diminuição da evasão escolar em estudantes com altas</li></ul>



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

habilidades em processos de evasão escolar

CFP - Filosofia, literatura e cinema: o pensamento em diálogo com a cultura e a educação

Fonte: Dados extraídos do Site da UFRB (<https://ufrb.edu.br/prograd/combate-evasao-reprovacao>).

Contraditoriamente, apesar da preocupação com os índices de evasão, torna-se imprescindível elucidar que na condição de universidade pública, esta tem formado um número significativo de discentes, os quais conseguem desconstruir e ultrapassar a visão da meritocracia. Anualmente, um contingente expressivo de estudantes negros e pobres conclui a graduação, constituindo, assim, um público jovem negro no mercado de trabalho.

Com isso, pode-se inferir que a realidade dos números apresentados pela UFRB é representativa da busca pelo cumprimento da missão institucional de “formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais” (BRASIL, UFRB, 2022, p. 5).

Ao compreender que a inclusão universitária não está apenas vinculada ao acesso à educação superior, ainda que por parte de grupos historicamente excluídos, mas, também, abrange a permanência na universidade, o desafio torna-se ainda mais significativo. Como sabido, a permanência universitária, além da sua faceta material, que envolve as condições materiais de existência na universidade, como a disponibilidade de recursos para a aquisição de livros,

185

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação, Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



transporte, alimentos, pagamento de aluguel, etc., encontra-se também associada às condições simbólicas de existência na universidade, as quais englobam um conjunto de aspectos, como o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, a atenção recebida pelos docentes, funcionários e gestores, o acolhimento pelos colegas, etc., que possibilita ao estudante desenvolver o sentido de identidade e pertencimento grupal e institucional (SANTOS, 2009, p. 70-71).

O contexto pandêmico, por sua vez, foi eleito como momento propício para a análise, visto que neste instante os desafios referentes à permanência universitária tornaram-se ainda mais evidenciados.

#### **4. PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB**

Nesse item, pretende-se problematizar os reflexos da pandemia na vida das discentes de Serviço Social, com base nos dados obtidos com a pesquisa realizada pelo GT FormPSS, no sentido de situar quem são essas alunas, o que pensam sobre o quadro política da pandemia e qual sua avaliação sobre o curso e o desenho que se configuram no contexto universitário, tendo como horizonte contribuir para repensar as estratégias junto as instâncias administrativas e acadêmicas. Nessa direção, corrobora-se com Guerra (2009, p.104), quando esta afirma:

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de conhecimento sobre a realidade, a ausência de referências teórico-metodológicas capazes de desvelar a sociedade burguesa, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo na profissão.

Propõe-se uma reflexão no sentido de elucidar algumas indagações sobre a nova realidade da formação profissional no curso de Serviço Social da UFRB e sobre as condições reais de acesso e permanência das discentes.

Segundo Santos (2019, p. 68) a permanência deve ser compreendida como:



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

[...] o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiência e a transformação de todos e de cada um.

As questões que envolvem a permanência foram agravadas no cenário de pandemia, haja vista a inquietação sobre a temporalidade na conjuntura de crise sanitária, aliada às condições materiais e subjetivas que interferem na existência da/do discente na universidade. Ou seja, sobre as reais possibilidades de acesso e continuidade, o que suscitou ao grupo de pesquisa priorizar este debate, com base na pesquisa exploratória realizada com as/os discentes, elucidando algumas questões importantes: Quais as condições objetivas das/os discentes de Serviço Social em meio à pandemia? Quais as ações que a Instituição está tomando para orientá-las/os e como o curso deve enfrentar essa nova realidade que se apresenta?

Do universo de 375 discentes<sup>8</sup>, a pesquisa abrangeu o total de 79 universitárias/os que responderam os questionários através do aplicativo Google Docs, totalizando uma participação equivalente a 21%. Sob a representatividade, a pesquisa contemplou todos os semestres<sup>9</sup>, possibilitando

---

8 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGA)**. Disponível em: <<https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

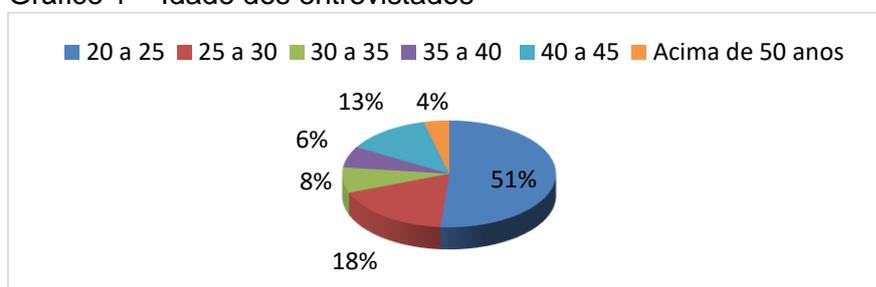
9 Das/os discentes que responderam foram: 20 do primeiro semestre, dois do segundo semestre, cinco do terceiro semestre, 13 do quarto semestre, três do quinto semestre, nove do sexto semestre, nove do sétimo semestre, nove do oitavo semestre e três que estão dessemestralizados.



conhecer a realidade das/os discentes e suas novas inquietações decorrentes deste momento inédito.

A análise dos dados obtidos pela pesquisa permitiu constatar que há predominância de um público jovem (68,9%). Em primeiro lugar, destaca-se a faixa etária entre 20 a 25 anos (51,3%), seguida da faixa etária dos 25 a 30 (17,9%) e, por fim, a faixa etária dos 30 a 35 (12,8%). Com percentuais inferiores, aparecem as faixas etárias acima dos 40 anos. Tais dados retratam que o perfil etário predominante das/os discentes respondentes varia dos 20 aos 35 anos. (Gráfico 1)

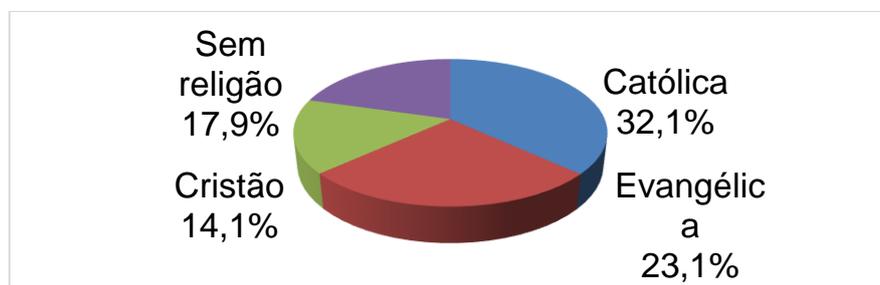
Gráfico 1 – Idade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa (2020).

No que tange à religião, registra-se que, em seu conjunto, as/os estudantes são adeptas/os, sobretudo, das religiões católica (32,1%), evangélica (23,1%) e cristã (14,1%) ou não se consideram religiosos (17,9%)<sup>10</sup>. Em relação ao gênero, observa-se a predominância do feminino, reafirmando as marcas históricas do curso (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Religião dos entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa (2020).

---

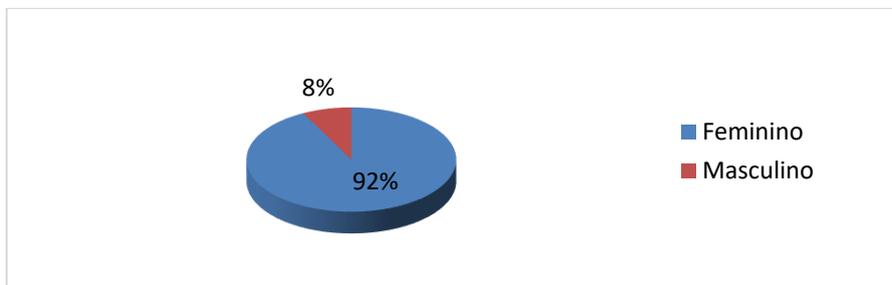
<sup>10</sup> Dentre as/os discentes entrevistadas/os não foram registradas/os as/os que participam das religiões de matriz africana.



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

Quanto à orientação sexual, as/os discentes se percebem, majoritariamente, heterossexuais (94,9%). Com percentuais menores, destacam-se homossexuais e bissexuais (2,5%), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Gênero dos entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa (2020).

Com relação à raça, as/os discentes se autodeclaram negras/os (63,3%) e pardas/os (27,8%). Com percentual inferior, brancas/os (6,6%). Esse resultado é significativo, pois mostra a representatividade das políticas de acesso e ampliação dos espaços que as negras ocupam na universidade, especialmente, na realidade do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL).

Observa-se que a pandemia impactou diretamente no processo de convivência das discentes, pois os dados revelam que apenas 29,1% das entrevistadas mudaram de cidade em decorrência do contexto de isolamento e suspensão das aulas, enquanto, a maioria, 70,9% permaneceram morando na mesma cidade. Em termos da análise com quem vive, os dados mostram uma



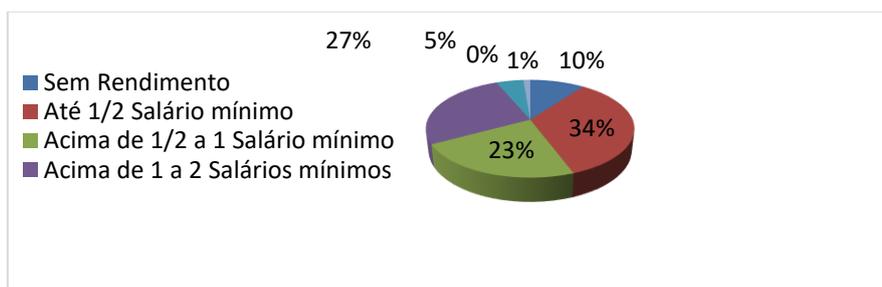
realidade complexa, em que predomina a residência com os familiares (58 entrevistadas), com as amigas (10), sozinho (6) e na residência universitária (3).

Das/os 29% das entrevistadas que mudaram de cidade, nota-se que as principais razões atribuídas foram: o custo de alimentação, (15,2%), a necessidade de rever parentes e amigas/os (12,7%), o custo de aluguel (6,3%), entre outras. ‘

Percebe-se, assim, que a questão econômica foi determinante no cenário de pandemia para as discentes de Serviço Social, o que repercute consideravelmente, haja vista que a maioria não se encontrava inserida em atividade laboral. Quando indagadas sobre a realização de atividade remunerada, 73,4% das/os discentes responderam que não trabalhavam e apenas 8,9% afirmaram que trabalhavam com carteira assinada. Há, ainda, os casos das discentes que destacaram o estágio remunerado como atividade laboral. Com um percentual menor, aparecem outras formas de inserção, a exemplos dos que atuavam como pescadores ou em atividades autônomas.

Aliado a esse retrato da configuração do mercado de trabalho, torna-se relevante frisar que as discentes sofreram os impactos econômicos advindos das medidas adotadas para enfrentamento da pandemia. Os dados apontam para a predominância da perda de renda familiar (58,2%). Tal questão agrava-se quando se cruza essa informação com a faixa salarial, haja vista que 57% das discentes sobreviviam com até um salário mínimo, valor referente à renda mensal familiar, e outras/os 10,1% não possuíam renda alguma. De uma forma geral, a renda familiar era composta pelos rendimentos de apenas um das/os integrantes (55,7%) ou de dois membros da família (30,4%). (Gráfico 4)

Gráfico 4 – Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa (2020).



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

As desigualdades acirradas pelas circunstâncias da pandemia podiam ser percebidas com maior intensidade quando associadas ao cenário de desproteção do trabalho, marcado pelas desigualdades sociais no acesso a serviços e bens. Em adição, nota-se que as medidas adotadas para fechamento do comércio, como mecanismo para assegurar o isolamento social e reduzir os índices de transmissão da *Covid-19*, foram importantes para conter o contágio, mas, contribuíram para tensionar o processo de fechamento de empresas e aumento do desemprego, decorrentes da falta de uma política protecionista que assegurasse medidas eficazes para o seu enfrentamento.

Com isso, as trabalhadoras autônomas que não possuíam assistência previdenciária ficaram sem renda por falta de serviços, ou pela necessidade de manter o isolamento domiciliar. Essas adversidades também afetaram uma parcela significativa das estudantes universitárias que passaram a se defrontar com privações ainda mais expressivas que antes da pandemia. Essa realidade impactou particularmente alunas de universidades públicas do país, sobretudo aquelas situadas fora das capitais, onde está concentrada uma maior parcela de pessoas com mais baixos rendimentos, como a UFRB.

É imprescindível considerar que, além do impacto que algumas discentes tiveram com os cortes nos rendimentos familiares, outros fatores passaram a ser um obstáculo para sua formação profissional e na permanência no curso. Um reflexo claro dessa situação está atrelado ao elevado percentual de mulheres autodeclaradas negras e de baixa renda. Para essas estudantes, que são mães e trabalhadoras, gerenciar as tarefas da sua tripla jornada de



trabalho, em meio à *Covid-19*, tornou a conjuntura atual ainda mais grave (ÁVILA, 2020).

Esse retrato do perfil das discentes mostra a desigualdade de gênero, isto é, dos papéis de homens e mulheres que são construídos historicamente, no qual há uma sobrecarga para as mulheres estudantes e trabalhadoras, que precisam se dividir nas inúmeras tarefas de casa, trabalho, família e estudo, o que interfere na sua permanência em condições materiais e simbólicas, haja vista que se nota um fluxo escolar acidentado, com a existência de repetições ou interrupções em seus processos de formação.

Em relação à formação e ao exercício profissional, verificou-se que 86,1% das discentes ressaltam que o cenário de crise econômica, política e pandêmica provocou impactos diretos, tanto para a comunidade acadêmica como para o mercado de trabalho. Indicam, ainda, que o prejuízo maior foi para o exercício profissional. Registra-se com percentual menor 13,9% as discentes que não opinaram sobre a questão.

Logo, percebe-se a gravidade do contexto e dos seus impactos diretos tanto para a formação como para o exercício profissional, haja vista que a rotina de trabalho foi modificada e os riscos a que os profissionais estão expostos foram intensificados. Constata-se, ainda, nas respostas, que as dificuldades postas para a permanência dos discentes são consideradas tanto pelas questões conjunturais como estruturais, colocando imensos desafios para a formação e para o exercício profissional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante registrar que a crise pandêmica, em sua fase ultra neoliberal, que tem acelerado o processo de retrocesso político e econômico, marcado pela intensificação da precarização das condições de sociabilidade da classe que vive do trabalho, por meio da destruição dos direitos sociais e trabalhistas, os quais impactam no empobrecimento da população, com o arrefecimento do número de pessoas que se defrontam com condições precárias de vida, culminando na regressão dos índices de permanência dos discentes.



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

Faz-se também necessário registrar que além dos impactos econômicos, têm sido frequentes os gatilhos de adoecimento mental, com o aumento das manifestações de depressão e, em adição, dos casos de violência. Ademais, observa-se o comprometimento do processo de ensino-aprendizagem, diante das dificuldades objetivas e subjetivas dos discentes.

Essa realidade torna-se mais gritante, considerando que a UFRB sofre os impactos das universidades criadas pelo programa de interiorização, com problemas estruturais e carências agravadas por situar-se no território do Recôncavo Baiano que concentra desigualdades econômicas e sociais.

Nesse sentido, são muitos os desafios para que uma universidade pública brasileira possa consolidar uma política de inclusão atendendo de forma satisfatória ao seu público-alvo, nesse caso, majoritariamente, uma população negra, economicamente vulnerável, feminina e residente em cidades do interior da Bahia.

Tendo por referência a visão da inclusão universitária enquanto acesso e permanência, e, portanto, da dificuldade da sua leitura exclusivamente através de informações secundárias, optou-se neste artigo por uma análise generalista e, assim, pela realização de um estudo de caso em um curso específico da UFRB, o Bacharelado em Serviço Social, situado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), em um dado momento histórico: a pandemia da Covid-19. A opção pela análise do curso de Serviço Social deve-se à interação entre as autoras e o objeto de pesquisa, uma vez que lecionam no curso, ao perfil dos seus discentes, em geral mulheres, negras, de baixa renda.

193

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação,  
Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



Em síntese, pode-se afirmar que as discentes enfrentam tanto as dificuldades relacionadas as condições objetivas e ou dificuldades de pertencimento à comunidade acadêmica. Assim, pensar a permanência das discentes no âmbito universitário significa ir além de considerar apenas seu tempo cronológico no curso, mas, pensar nas implicações políticas e sociais que marcam sua existência nesse curso, e, conseqüentemente, considerar as transformações e as estratégias de resistência que passam ao longo dessa trajetória para integralização do curso.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso, BRITO, Marta Lorena Lima. **Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 24-44, mar. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/aval/a/MVPgpXsdkF3xNNpSGcRfMSL/>. Acesso em 25/03/2022.

AMARAL, Nelson Cardoso. **PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais.** Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 653-673, set./dez. 2016.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **Panorama Socioeconômico da População Negra na Bahia.** Textos para discussão, N. 17, fevereiro de 2020. Disponível em [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_17.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17.pdf). Acesso em 21/06/2023.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 25 abr, 2007, p. 7.

BRASIL. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS. **O que é Ação Afirmativa?** Disponível em <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-que-e-acao-afirmativa>. Acesso em 20/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação, MEC. **Ensino Superior: Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>, acesso em 19/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação, MEC. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** Disponível em



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.**  
**ISSN: 2675-5718**

<http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=Criado%20em%202008%2C%20o%20pr ograma,diretamente%20no%20or%C3%A7amento%20das%20lfes>. Acesso em 20/06/2023.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB. **Portfólio Institucional da UFRB** – 2022. Disponível em <https://issuu.com/ufrb/docs/catalogo-2022-flip>. Acesso em 21/06/2023.

COLEN, Natália Silva. **Uma universidade negra é possível?** A criação da UFRB no contexto das políticas de ações afirmativas no Brasil. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2019. 143 f., enc., il. Dissertação – (Mestrado).

ESQUERDA DIÁRIO. **Nos últimos 7 anos, Brasil sofreu corte de R\$83,8 bi em ciência e na educação superior.** Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Nos-ultimos-7-anos-Brasil-sofreu-corte-de-R-83-8-bi-em-ciencia-e-na-educacao-superior>. Acesso em 22/06/2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"**. V. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** V. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Novos rumos, novos personagens.** BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; universidade Federal da Bahia, 1998. p.219-239.

PEREIRA, Lucinea de Souza. **O estudante de camadas populares na universidade pública: permanência garantida?** Cadernos da Pedagogia, v. 12, n. 24, p. 16-29, Jan/Jun 2019. Disponível em <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1219/430>. Acesso em 25/03/2022.

195

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação, Inclusão e Libras -ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009. Tese (doutorado).

UFRB. **Relatório de Autoavaliação Institucional:** Relatório Parcial I e II do Quinto Ciclo Avaliativo 2021-2023 / Comissão Própria de Avaliação – CPA / 2022. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cruz das Almas – BA: UFRB.

## **CRENCIAIS DA/OS AUTORA/ES**

SILVA, Albany Mendonça. Professora Adjunta do curso de Serviço Social/UFRB. Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS)/UFS. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Mestre em Educação/UFS. Especialista em Tecnologias da Comunicação e Desenvolvimento Regional/UFS. Graduação em Serviço Social/UFS. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social/UFRB.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. Professora Adjunta do curso de Serviço Social/UFRB. Doutora em Serviço Social/UFPE. Mestre em Serviço Social/UFPE. Graduação em Serviço Social/UECE. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social/UFRB.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. Professora Associada/UFRB. Doutora em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional/Universidade de Barcelona/UFBA. Mestre em Administração, Graduação em Ciências Econômicas/UFBA. 286 Serviço Social no Recôncavo: temas em debate Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura/UFRB

---